

# Comentário sobre Notas...

[ Comentários ao trabalho de Brasílio Sallum ]

*Elisa Reis*

Um primeiro ponto a ressaltar com relação à apresentação de Brasílio Sallum é ele datar o início da Sociologia brasileira dos anos 60, o que acho muito saudável. Em geral, tendemos a nos concentrar na exegese dos mesmo autores: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda... Isso de certa forma é explicável, porque somos muito jovens como disciplina. Creio que precisamos de História pela nossa própria falta de História; se fôssemos uma disciplina muito institucionalizada, provavelmente já teríamos moderado esse ímpeto de examinar a obra de nossos pais fundadores. Mas o aspecto que quero ressaltar é que as narrativas de origem que temos são certamente mitológicas: há um mito no Rio, outro em São Paulo; o meu é de Minas. Em geral, conta-se a História com uma certa intenção. O que é porém interessante, qualquer que seja a versão narrativa, é pensar que existem coisas que são características da sociedade brasileira, mas não de outras. Sobre os catedráticos, por exemplo – tema a que Sallum se referiu – é bom lembrar que a idéia de universidade tão hierarquizada existia em todo o Brasil e em partes da Europa, mas não existia nos EUA. Lá, dificilmente se falaria de um monopólio de poder de algum professor, de alguma cadeira, porque não é assim que está organizada a vida acadêmica no país. De qualquer forma, se hoje podemos falar nisso como coisa do passado, é porque houve um processo notável de expansão e democratização da vida acadêmica, intelectual. É saudável verificar que hoje há nas universidades uma organização muito menos aristocrática que antes.

Essa questão de aristocracia acadêmica sugere-me uma chave para outro tema. A nossa Sociologia tem sido sempre pensada como parte de um projeto nacional. A trajetória nacionalista de construção da nação brasileira é tão presente na vida acadêmica, que fazer ciência social é percebido um pouco como contribuir para a construção da nação; ou seja, estudar a nação é ajudar a construí-la. A tese mais clara nesse sentido é a de Marisa Peirano, que trata desses mitos fundantes, mostrando a variedade de versões sobre o mesmo propósito: a construção da nacionalidade. Isso nem sempre acontece em todos os países. Aqui, está-se sempre pensando a Sociologia como contribuindo para o desenvolvimento nacional. A história paulista narrada por Sallum é muito isso. As pessoas estão refletindo criticamente, mas com uma idéia segundo a qual elas são parte do projeto. E isso tem custos e benefícios.

O exemplo dado por Florestan Fernandes é anômalo. Sua idéia segundo a qual havia modelos teóricos paralelos de igual valia era pouco comum. Nunca me detive para estudar a História do Pensamento; gosto mais de analisar temas e problemas do que examinar pensamentos. Ocorre-me porém que talvez a peculiaridade de Florestan Fernandes seja fruto de influências que São Paulo teve de professores estrangeiros, que vinham de sociedades onde as Ciências Sociais eram mais institucionalizadas, mais confinadas ao universo acadêmico, e menos parte da vida política nacional. Mas isso não era certamente a norma.

Agir dessa forma, pensar que se está contribuindo para construir a nação, faz com que a Sociologia da época seja uma Sociologia Política. Brasílio Sallum fez referência a influências sartrianas e isso pode ser pertinente por incluir a idéia de projeto: fazer ciência social era ter um projeto para o Brasil. Essa idéia tem na origem uma marca aristocrática, com o intelectual se vendo como agente privilegiado na construção da nação. Por isso acho que a Sociologia é muito política nesse contexto.

Em 1996, escrevi uma resenha sobre Sociologia Política no Brasil, para a *Current Sociology*, e dei-me conta que ela não era diferente da Sociologia enquanto tal. Existia muito pouca Sociologia que não era Política. Assim, quando Sallum fala das vinculações entre Sociologia e Ciência Política, acho que a área

Sociologia Política só pode existir a partir do momento em que Sociologia e Ciência Política começam a ser pensadas como disciplinas autônomas. E isso é tardio no Brasil; só acontece a partir de meados dos anos 60. Antes disso, existia uma ciência social que era simultaneamente Sociologia e Ciência Política. Só quando se deu a institucionalização de duas disciplinas diferentes foi que a Sociologia teve de criar uma especialização, uma subárea, para pensar a política.

Com relação especificamente à história acadêmica paulista nesse período, não tenho um conhecimento mais aprofundado da sua dinâmica, da sua configuração política. Em Minas Gerais, tanto fazia um sociólogo ser carioca ou paulista; era tudo igual. Não tinha hierarquia; estávamos configurando outro campo político.

Justamente por não ter informação sobre a configuração do campo acadêmico paulista, a maneira como leio a contribuição de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, é um pouco diferente. É claro que também reconheço que ele tinha uma marca marxista muito forte, e também uma weberiana. Sallum salientou as duas coisas, mas minha ênfase é mais no lado da influência weberiana de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Isso porque marxistas éramos todos naquela época, inclusive para legitimar o que fazíamos. O marxismo era o mito fundante compartilhado. Tanto no campo intelectual como no político, era importante para qualquer intelectual que quisesse se fazer ouvir mostrar sua marca marxista. O que Brasílio Sallum chamou de marxismo não-ortodoxo já é quase uma adesão aberta ao weberianismo, no seguinte sentido: não que Weber desconhecesse a primazia do econômico, mais no sentido de que Weber concede um valor à historicidade muito maior que Marx, que tem uma filosofia da história. De certa forma, o que *Dependência e Desenvolvimento...* faz é liberar o leitor para descobrir novidades, fazer pesquisa histórica e ver o que está acontecendo de diferente. Dentro do campo marxista, isso era mais difícil: a gente estava lá para comprovar a teoria que já existia. A própria idéia do marxismo como sendo uma versão privilegiada ou que tinha primazia sobre as demais era aprisionadora intelectualmente, porque atrelava uma noção substantiva de verdade. Ela era mais válida do que as ou-

tras, porque ia mais à substância das coisas. Em uma perspectiva analítica weberiana, as coisas não são bem assim. A noção de verdade é de uma verdade entre aspas, e você tem de ir até à História para chegar a essa verdade entre aspas. Eu sei que do ponto de vista político você tinha que dizer: isso é marxismo. Mas o que tem de poderoso na tese *Dependência e Desenvolvimento...* é ela afirmar que você pode descobrir coisas que não estavam ditas até o momento. Mas isso tem custos enormes.

Ao fim e ao cabo, dizer que a história esta aí para ser descoberta reproduz um casuísmo muito grande, onde você meio que dilui a ciência. Então você pode explicar mais, mas para isso você tem que correr atrás dos acontecimentos, o que é um pouco o que a gente está sempre fazendo. Por que Fernando Henrique primeiro fala de dependência e desenvolvimento? Porque a América Latina estava crescendo, apesar de estar subordinada ao jogo do imperialismo. Então, por que estava crescendo? O que explicava isso? A gente vai lá e explica meio que *ad hoc*, como Sallum mencionou. Na verdade, não propriamente *ad hoc*; estou provocando deliberadamente, porque o que ele disse foi que era preciso ver as singularidades da teoria, o que é antitético à generalidade. Ao se fazer isso, na minha opinião, se enfraquece a teoria. Para mim, a publicação de *Dependência e Desenvolvimento...* foi um feito, um macroevento, mas não porque ele se constitua de fato em um paradigma teórico; o que o livro gerou foi uma identidade comum entre nós, os latino-americanos. Justificou a existência de uma comunidade acadêmica, mas não posso chamar isso de paradigma; isso não é um programa de pesquisa. Dentro da chamada dependência, cabem coisas infinitas, mas todos nós nos identificávamos no paradigma da dependência, em um sentido quase atitudinal.

Concordo quando Brasílio Sallum diz que quase não fazíamos teoria, e acho que ainda continuamos fazendo pouca. Depois de *Dependência...*, tivemos outros marcos desse tipo, que foram igualmente pouco teóricos. Penso, por exemplo, na perspectiva do *Autoritarismo Burocrático*. Este foi outro modelo latino-americano que também logrou bastante prestígio. De novo com muito peso no político, mas muito fundado na Economia. Vejo a

perspectiva do *Autoritarismo Burocrático* quase como um desdobramento histórico de *Dependência e Desenvolvimento*.

Na década seguinte, embarcamos na análise da democratização, na teoria da consolidação democrática. De novo, isso não é propriamente uma teoria; é um slogan que agrupa muitos de nós para dar conta da nossa historicidade. Acho até que nesse caso houve um maior empenho de alguns em trabalhar o tema em um nível mais abstrato, mais genérico. Isso com maiores ou menores resultados. Mas, em geral, não se conseguiu transcender a mera narrativa do processo.

Não acho que o que indiquei sejam defeitos da teoria da dependência. Acho só que ela não é uma teoria. A Sociologia Política no Brasil teve e tem uma marca muito histórica. A gente está sempre tentando captar fenômenos históricos. Mas acho de bom alvitre fazer também um esforço para se pensar mais abstratamente, mais genericamente, a partir das coisas que nos provocam em nível histórico, singular.

Para concluir, gostaria de lembrar que temos problemáticas na Sociologia Política que poderiam merecer um tratamento não apenas empírico, mas também teórico. Para mim, um dos maiores desafios no momento é pensar o Estado Nacional hoje. A centralidade da política é inegável. A Sociologia Política paulista, analisada por Brasílio Sallum, tem uma contribuição imensa no sentido de conferir espaço ao Estado, como um ator e não como um mero reflexo. Hoje, o ator Estado Nacional tem de ser pensado de forma diferente. Esse ator tem de redefinir suas funções, porque já existe um processo de integração global ou supranacional, que é óbvio; por outro lado, tem-se também uma fragmentação do poder que é um fato e também algo que é visto como uma virtude, ou seja, que é normativamente valorizado, que é a idéia de descentralização. Então, coexistem no Estado Nacional uma tendência cada vez mais abrangente e global e uma tendência fragmentadora, descentralizadora. Muita gente acha que ele está desaparecendo. Eu não acho. De fato, ele está redefinindo suas funções, no Brasil e em todo lugar. E como essas funções são novas, temos pouco entendimento teórico sobre elas. O que temos são algumas observações empíricas, históricas, em termos muito gerais e abstratos. Fica difi-

cil repensá-lo nos termos clássicos da Sociologia Política, cujo objeto é estudar as relações entre Estado e Sociedade. Mas isso é mais ou menos tudo... Então, como recortar a questão? Creio que alguns aspectos são básicos.

Vejamos inicialmente o lado da interação do Estado com o mercado. No Terceiro Mundo, dos anos 60 para cá, em geral pensávamos isso de uma maneira estatista. Considerávamos o Estado como um ator, não apenas regulador do mercado, mas produtor ele mesmo. Hoje não é mais assim. A idéia do Estado como ator que vai suprir a infra-estrutura, que vai definir quais os interesses privados a serem atendidos, não existe mais. Mas, se ele deixar de regular, o mercado implode. Assim, ele tem de fazer alguma coisa a esse respeito. Essas funções porém são novas (se bem que algumas nem tão novas assim). Por exemplo, a ação das agências autônomas de regulação é um fenômeno pouco estudado até agora. Essa é uma nova cara do Estado que é vital. Como é que o Estado regula as atividades de mercado, quando ele tem bem menos poder, não apenas porque não é mais o produtor imediato, mas porque a própria idéia de planejamento perdeu muito do seu poder aglutinador? Essa nova faceta do Estado – regular exercendo um poder bem mais cerceado – merece ser objeto de consideração teórica e de pesquisa empírica.

Por outro lado, no que se refere à interação do Estado com a assim chamada sociedade civil – que é um conceito revivido depois de execrado por décadas – creio que também há muita novidade. Penso na atuação do Estado com relação à implementação da cidadania. O Estado hoje tem de pensar no suprimento de bens de cidadania, de bens públicos, de uma maneira distinta. Em primeiro lugar, porque na maioria das vezes ele não produz esses bens públicos, mas ele tem de regulá-los; por exemplo, saúde ou educação em geral não eram vistas como mercado, mas agora são metade mercado, metade solidariedade, cidadania. Essa articulação necessária para prover à sociedade os bens de cidadania tem de ser redefinida a partir da idéia de que o Estado não é mais o produtor direto.

Outras questões vão na mesma direção: o fato de que o Estado sequer pode monitorar o exercício dessa redistribuição de bens, como no caso, por exemplo, das Organizações Não-Governamentais. Estas são parceiras do Estado, mas para essas parcerias serem eficientes, não podem estar fora de algum controle por parte da autoridade; do contrário, você vai ter descontinuidades, superposição de funções e falta de transparência. Esses são problemas do velho ator Estado, mas que não existiam nos anos 60.

Então, temos de correr de novo atrás da história, mas não acho que essa corrida deva ser meramente descritiva. Não sendo historiadores, mas sociólogos, temos de pensar em maneiras abstratas e gerais de ver essas coisas, e não pensar nelas como peculiaridades brasileiras.